



Relatório e Contas 2011

Índice

1. Mensagem da Presidência	1
2. Exercício de 2011	3
2.1 Enquadramento.....	3
2.2 Organização.....	4
2.3 OMI.....	5
2.4 Outros Aspectos.....	6
3. Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL.....	7
4. Outras Actividades	17
4.1 Leilão de Espectro Multi-Faixa 2011	17
4.2 Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial em Portugal	17
4.3 Desenvolvimento do projecto de Interruptibilidade em Portugal	17
4.4 Desenvolvimento do projecto GPMC.....	18
5. Perspectivas para 2012	18
6. Proposta de aplicação de resultados	19
7. Accionistas, Órgãos Sociais, Comité de Ética e Participada.....	21
7.1 Accionistas	21
7.2 Órgãos Sociais (Triénio 2009 – 2011)	21
7.3 Comité de Ética.....	22
7.4 Participada	22
8. Demonstrações financeiras e anexos a 31 de Dezembro de 2011	23

1. Mensagem da Presidência

O ano de 2011 ficou marcado pela concretização do modelo empresarial dos operadores de mercado do MIBEL, preconizado pelo Acordo Internacional de Santiago celebrado entre Portugal e Espanha¹.

É-nos muito grato destacar que durante o exercício de 2011 se fizeram as alterações no plano societário para a criação definitiva do Operador do Mercado Ibérico (OMI), em particular através de:

- Uma troca de participações entre as duas sociedades holding (OMIP SGPS² em Portugal e OMEL³ em Espanha), passando ambas a deter, em partes iguais, as duas sociedades gestoras de mercado - o OMIE⁴ e o OMIP⁵;
- Uma redução da participação da REN⁶ no capital do OMIP SGPS, por venda de acções a vários investidores, de 90% para 35% do capital social, havendo, ainda, a obrigação de diminuir esta participação para um máximo de 10%;
- A eleição e entrada em funções do Conselho de Administração de composição comum ao OMIP e ao OMIE, cuja primeira reunião se realizou em Madrid, no passado dia 10 de Novembro de 2011.

Compaginada com estas alterações institucionais, deu-se ainda a mudança de instalações e sede social do OMIP, facto não despidendo atentos os aspectos inovativos introduzidos no funcionamento da empresa.

Para este sucesso uma palavra é devida às entidades que participam na estrutura accionista do OMIP SGPS e do OMEL e que, permanentemente, nos apoiaram em todo o procedimento administrativo de aprovação e de trâmites legais, não esquecendo que muitos deles contribuíram para o estreitamento e melhor coordenação do processo, pelo facto de serem accionistas de ambas as sociedades holding.

Com estas formalidades falta muito pouco para podermos dar por terminado o processo de integração das duas empresas gestoras do Mercado Ibérico estabelecido no Acordo Internacional de Santiago.

Em termos das actividades *core* desenvolvidas, registou-se um aumento do volume negociado em contínuo, que atingiu 34 TWh, enquanto que o registo de operações bilaterais sofreu um ligeiro decréscimo para os 27 TWh. Por outro lado, o OMIP e a OMIClear⁷ continuaram a desenvolver actividades em outros campos, no mercado da energia essencialmente, por aproveitamento e

¹ Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Constituição de um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2006, de 19 de Janeiro e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 29/2006, de 5 de Março, publicados no Diário da República, 1ª série-A, n.º 59, de 23 de Março de 2006, alterado pelo Acordo Que Revê o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha Relativo à Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Braga em 18 de Janeiro de 2008, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 17/2009, de 16 de Janeiro e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 21/2009, de 11 de Março, publicados no Diário da República, 1ª série, n.º 53, de 23 de Março de 2009.

² OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A..

³ OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A..

⁴ OMI – Polo Español, S.A..

⁵ OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. sociedade a que respeita o presente Relatório de Gestão.

⁶ REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

⁷ OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., detida a 100% pelo OMIP.

desenvolvimento de ferramentas já existentes e alargando o seu raio de acção no fornecimento de soluções de mercado no sector das telecomunicações. No conjunto, obteve-se um resultado positivo de cerca de 100 mil Euros. Para este resultado muito contaram a competência e a dedicação de todos os colaboradores das duas empresas envolvidas, aos quais queremos deixar aqui expresso o nosso agradecimento.

Em termos de futuro, reiteramos nosso empenho na continuação do desenvolvimento do Mercado e do aproveitamento de todos os recursos ao nosso dispor, particularmente os que permitem uma tão grande diversidade de actividades quanto possível, bem como na captação de sinergias no âmbito do OMI, em que a gestão comum com o OMIE visa aumentar a eficiência económica de todas as empresas do Grupo.

O ano de 2012 será um período de complexos desafios, pela situação do mercado em que se insere o OMIP, bem como pela alteração do enquadramento legal e regulatório ao nível da União Europeia.

Lisboa, 21 de Março de 2012

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto
Presidente do Conselho de Administração

Pedro Jesus Mejía Gómez
Vice-presidente do Conselho de Administração

2. Exercício de 2011

2.1 Enquadramento

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intra-diário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em Junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em Abril de 2004, a qual desempenha as funções de Câmara de Compensação com assunção de Contraparte Central e de Sistema de Liquidação das operações realizadas no Mercado.

O OMIP, cujas operações se iniciaram em 3 de Julho de 2006, actua ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecido como entidade gestora de um mercado regulamentado registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Tal enquadramento incide, também, sobre a OMIClear, que, nesse âmbito, está também reconhecida como entidade gestora de câmara de compensação com assunção de contraparte central e de sistema de liquidação.

Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM⁸ e CNMV⁹) e do sector energético (ERSE¹⁰ e CNE¹¹) de ambos os países.

⁸ Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

⁹ Comisión Nacional del Mercado de Valores.

¹⁰ Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

¹¹ Comisión Nacional de Energía.

2.2 Organização

No caso do OMIP, a estrutura organizativa encontra-se plenamente integrada com a da OMIClear, de acordo com a Figura 1.

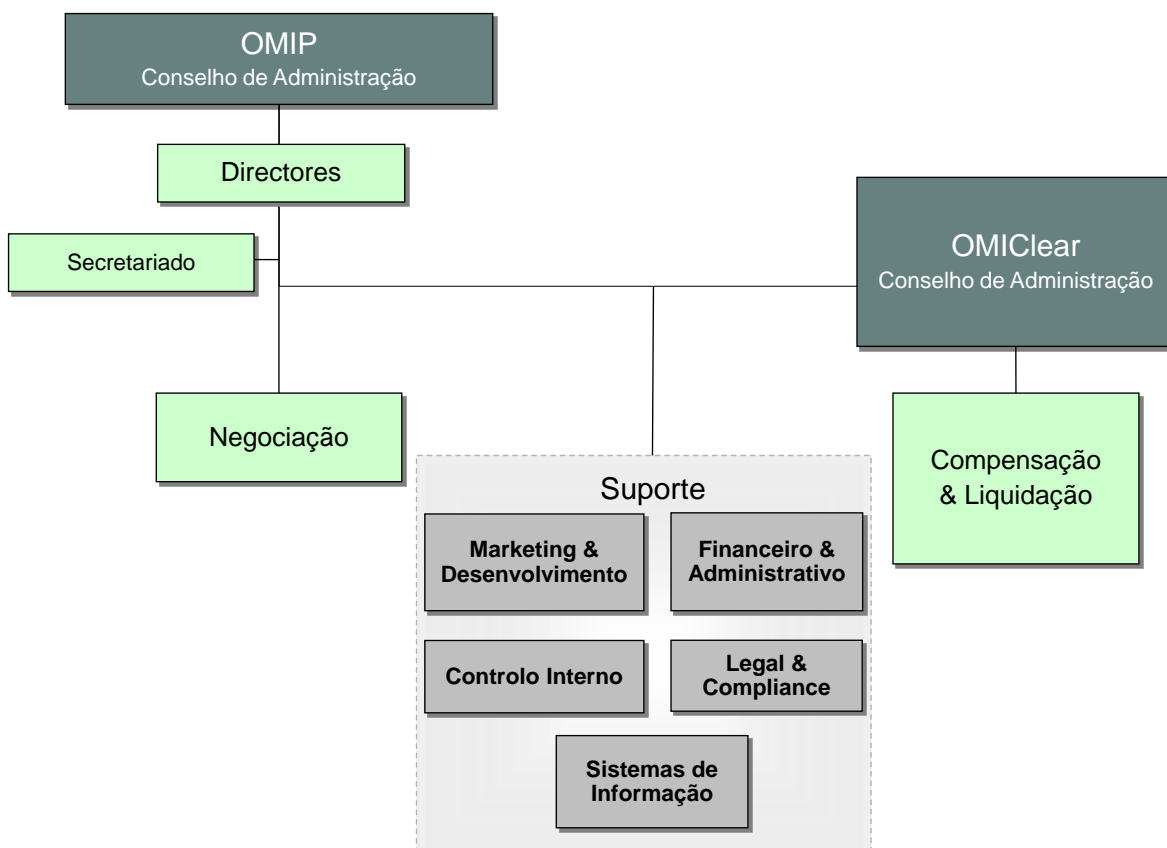


Figura 1 - Unidades Organizativas OMIP / OMIClear

Considerando o Departamento de Negociação como a área central da actividade operacional da empresa, todas as áreas de suporte, prestam os seus serviços em comum com a OMIClear, não obstante a relação jurídica laboral de cada colaborador ser efectuada apenas com uma das empresas.

Em termos de recursos humanos, com vínculo jurídico laboral ao OMIP, a 31 de Dezembro de 2011, a sociedade contava com sete colaboradores (dois do sexo feminino e cinco do sexo masculino), com uma idade média de 39 anos (ver Figura 2). A este número acrescem o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, enquanto membros que exercem funções executivas.

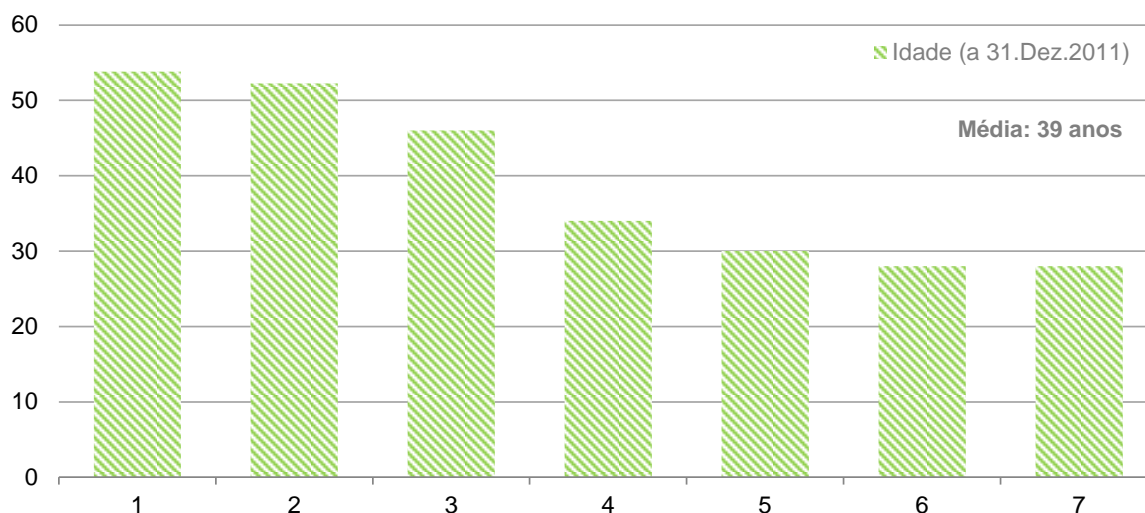


Figura 2 - Média de Idades a 31.12.2011

2.3 OMI

O ano de 2011 fica indelévelmente marcado pela efectiva concretização da estrutura societária do OMI – Operador do Mercado Ibérico, conforme previsto no artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redacção que lhe foi dada pelo Acordo de Braga que o reviu; o qual passou a prever que o OMI “*será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respectivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10 % e que ambas as sociedades deterão 50 % de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...*”. Na Figura 3 ilustra-se o modelo acordado.

Neste contexto, em 18 de Outubro de 2011, as sociedades holding OMIP SGPS e OMEL, executaram o Contrato de Permuta de acções, celebrado em 10 de Junho de 2011, nos termos do qual a sociedade holding portuguesa, que até então detinha a totalidade das acções representativas do capital social do OMIP, alienou 50% ao OMEL e esta sociedade, que até então detinha a totalidade das acções representativas do capital social do OMIE, alienou 50% ao OMIP SGPS.

Além disso, implementou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE, que no caso do OMIP foi eleito em 3 de Novembro de 2011 para concluir o mandato em curso 2009-2011 e logo reeleito para o triénio seguinte.

Para 2012 os principais objectivos e desafios passam pelo aprofundamento da integração com o OMIE no sentido de se captarem sinergias para os negócios desenvolvidos e, também, pela conclusão do processo de alienação de 50% das acções representativas do capital social da OMIClear àquela sociedade.

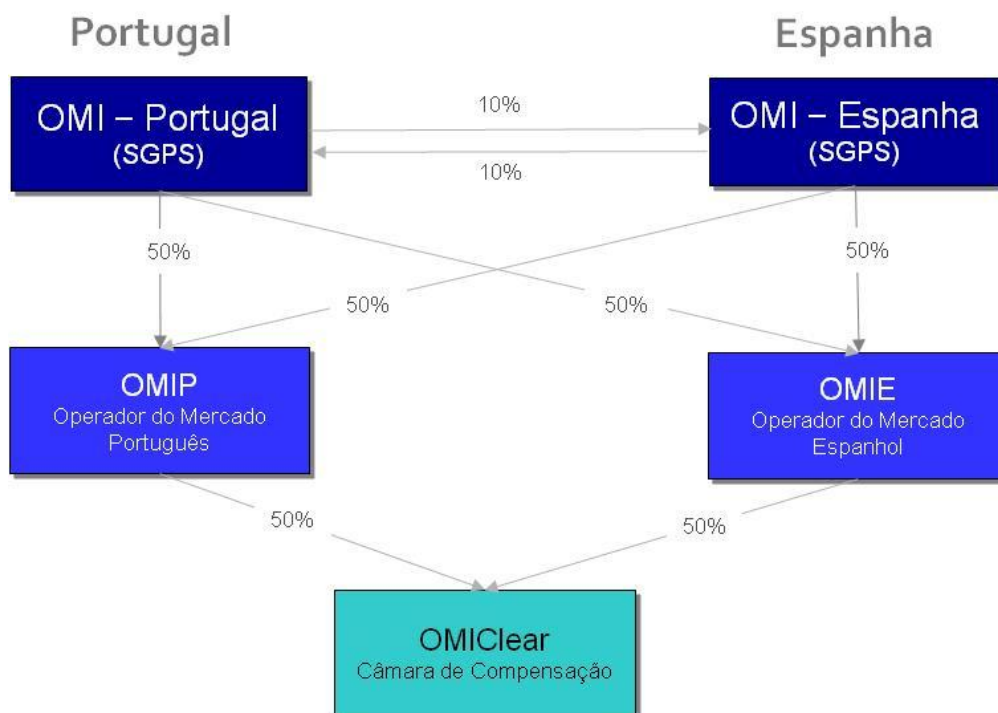


Figura 3 - Organograma do OMI

A par dos aspectos relacionados com o rearranjo institucional, o ano de 2011 representou o quinto ano completo de actividade no desempenho das funções cometidas ao pólo português do Operador do Mercado Ibérico de Electricidade.

2.4 Outros Aspectos

O exercício de 2011 registou ainda os seguintes acontecimentos:

- No dia 17 de Outubro de 2011, procedeu-se à mudança de instalações do OMIP para os 7.º e 8.º pisos da Av. Casal Ribeiro, em Lisboa, culminando um projecto revestido de importantes desafios de natureza operacional, uma vez que implicou que todos os sistemas tecnológicos e de comunicações que servem de suporte à operação do mercado fossem realinhados para as novas instalações, tendo-se ainda introduzido importantes melhorias nas infra-estruturas de suporte, tanto ao nível da performance, como da segurança. Todas as novas soluções, foram correctamente implementadas, não se registando quaisquer impactos no normal e regular funcionamento do Mercado.
- O OMIP criou e listou para negociação novos instrumentos financeiros. Concretamente, os contratos de futuros base e ponta para as maturidades dia e fim-de-semana, com entrega financeira na zona espanhola do MIBEL e os contratos de futuros base, para as maturidades semana, mês, trimestre e ano, com entrega física na zona portuguesa do MIBEL. Com estes novos instrumentos ampliou-se o leque de instrumentos financeiros disponíveis para o curto prazo, indo, assim, ao encontro das necessidades evidenciadas pelos Participantes.

Em termos de evolução das ferramentas informáticas de suporte à actividade do OMIP, desenvolveu-se uma nova plataforma e conceberam-se novas funcionalidades em sistemas já existentes. Nos seguintes parágrafos estão resumidos as inovações implantadas.

Foi desenvolvida uma nova plataforma para suporte da realização de leilões do tipo SMRA, “Simultaneous Multiple-Round Ascending Auction”. O seu funcionamento foi ajustado para a especificidade do leilão de atribuição de direitos de utilização de frequências realizado pela ANACOM (conhecido por leilão 4G) e finalizado em Dezembro¹².

Ainda em matéria de leilões, entrou em funcionamento uma nova versão da plataforma OMIPPlus-A. Esta versão permite a realização de leilões de relógio ascendente com leiloeiro activo, tendo sido utilizada na realização do leilão de colocação de produção em regime especial da ERSE, em Dezembro de 2011¹³.

No que diz respeito às ferramentas de suporte à negociação, que entraram em produção em 1 de Julho de 2010, o GlobalVision Exchange Trading System, manteve-se inalterado.

O sítio Internet do OMIP¹⁴ alargou o leque de funcionalidades disponíveis, com a entrada em produção do módulo *Members Corner*, para facilitar o processo de admissão de novos membros negociadores, bem como a gestão das relações de todos os membros. De referir, ainda, que o sítio Internet foi ajustado em conformidade com a nova imagem do OMIP, em linha com o processo transversal aplicado à comunicação e exteriorização de todas as sociedades que compõem o OMI.

3. Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL

O OMIP tem-se afirmado, apesar da crescente concorrência, no seu papel de bolsa dos derivados ibéricos de energia. Isto deve-se ao desenvolvimento do negócio, traduzido em permanentes esforços e acções de melhoria do nível da operação, procurando ir ao encontro das necessidades dos participantes no Mercado, ao que acresce o papel de *marketing* na divulgação e consolidação da marca OMIP.

Como demonstram os valores apresentados no Quadro 1, a actividade do OMIP conheceu um desenvolvimento positivo no decurso de 2011. Em volume negociado em contínuo, o OMIP alcançou os 34 TWh, 31% acima dos 26 TWh negociados em 2010. A mesma tendência apresentou a rubrica relativa ao valor notional transaccionado, cerca de 57% superior ao verificado em 2010. Estes números confirmam, a posição do OMIP como entidade de referência neste mercado.

	2011	2010
Volume transaccionado (TWh)	34	26
Valor notional negociado (M€)	1808	1155
Número de participantes	39	38

Quadro 1 – Indicadores de Actividade no OMIP

¹² Cfr. *infra* 4.1..

¹³ Cfr. *infra* 4.2..

¹⁴ Acessível em www.omip.eu e em www.omip.pt.

Em relação ao número de Participantes e como se demonstra em detalhe mais à frente, em 2011 foram admitidos sete membros negociadores.

Em relação ao volume negociado, o gráfico da Figura 4, mostra claramente que três meses se evidenciaram em 2011. Em primeiro lugar, Março, no qual se alcançou o máximo mensal de 4,8 TWh, seguido por Novembro com 4,2 TWh e por Outubro com 3,8 TWh. No conjunto, estes três meses representaram cerca de 39% do volume total negociado em 2011. De referir ainda que em termos médios, foram negociados mensalmente cerca de 2,7 TWh, face aos 2,1 TWh de 2010.

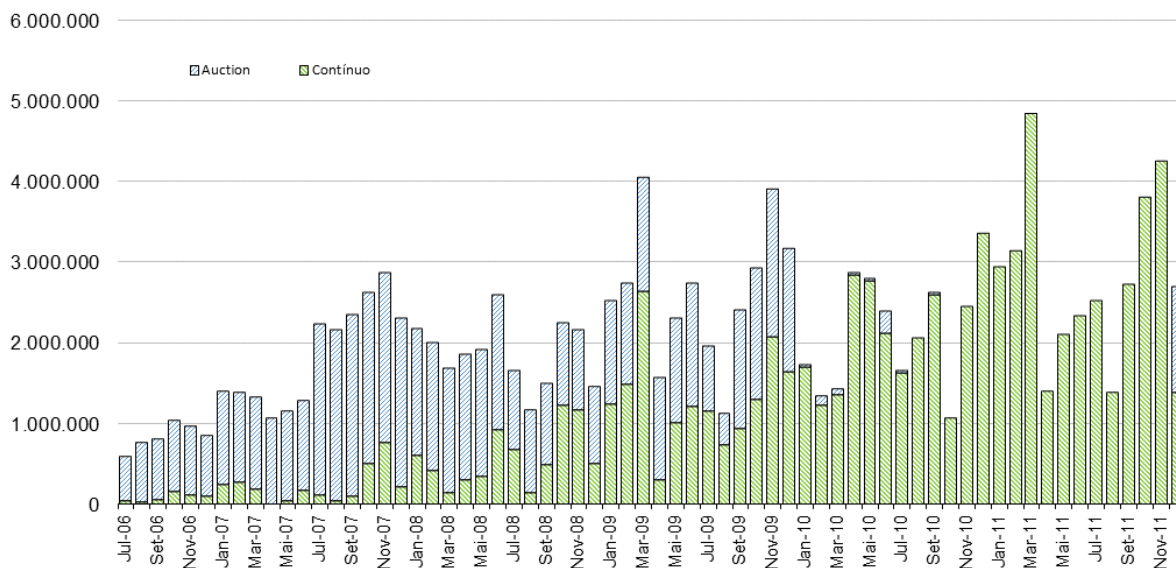


Figura 4 – Volume de Energia Negociada em Mercado (MWh)

Analisando os volumes negociados em contínuo numa base anual, tal como demonstrado no gráfico da Figura 5, a tendência de subida é notória, com o crescimento em cerca de 30% do volume negociado em 2011 face ao ano anterior.

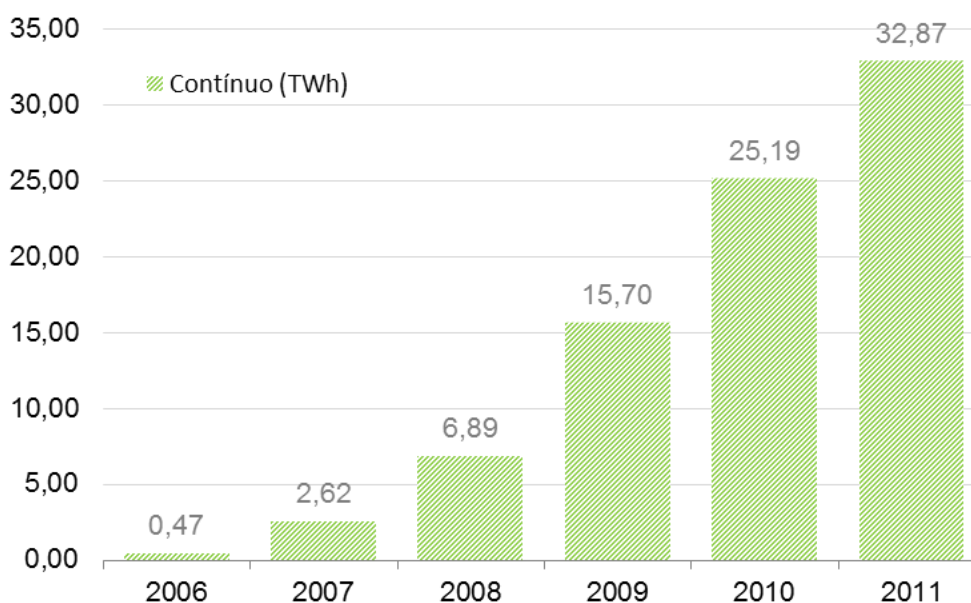


Figura 5 – Volume Anual Negociado em Mercado (MWh)

Na Figura 6 observa-se que 52% do volume total foi negociado por entidades domiciliadas fora da Península Ibérica.

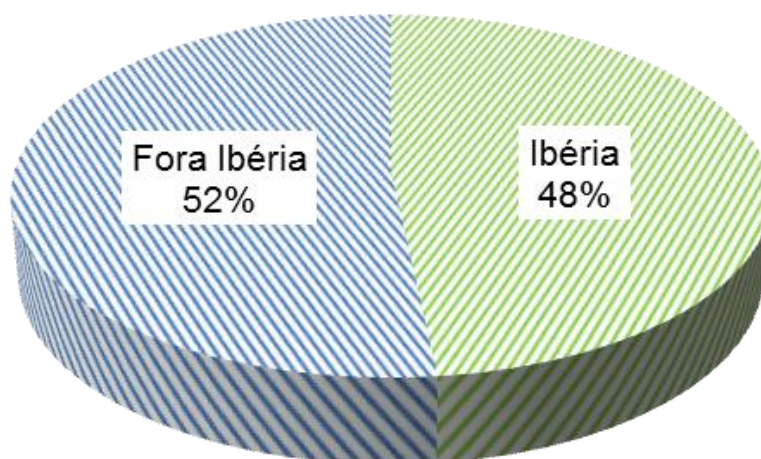


Figura 6 – Quotas de Mercado por localização do Membro Negociador

No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2011 (ver Figura 7), o volume foi bastante repartido, sendo que os três principais representaram 40,1 % do total negociado. Registe-se, que esta percentagem tem vindo a diminuir ano após ano, evidenciando um Mercado mais maduro e com maior concorrência.

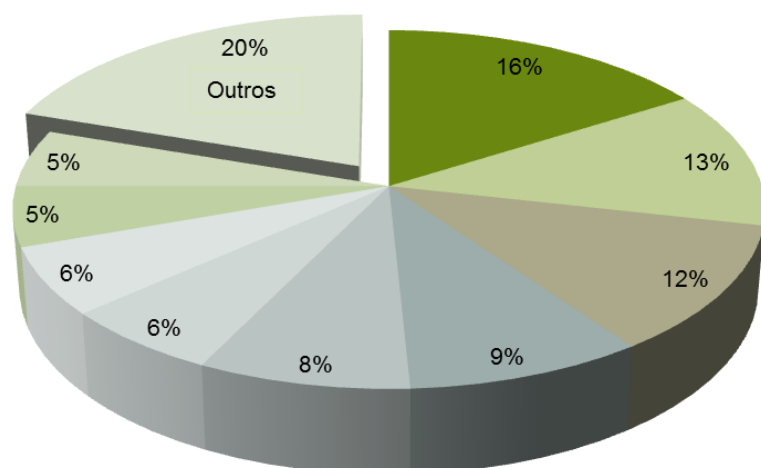


Figura 7 – Quotas de Mercado por Membro Negociador

Sobre os contratos disponíveis para negociação e em termos de energia equivalente, os Trimestrais foram os mais negociados com 46,4% do total do portfólio disponível no OMIP, como demonstra a Figura 8, seguido pelos Anuais e pelos Mensais. Os contratos de curta maturidade lançados no decorrer de 2011 apresentam ainda uma liquidez muito reduzida.

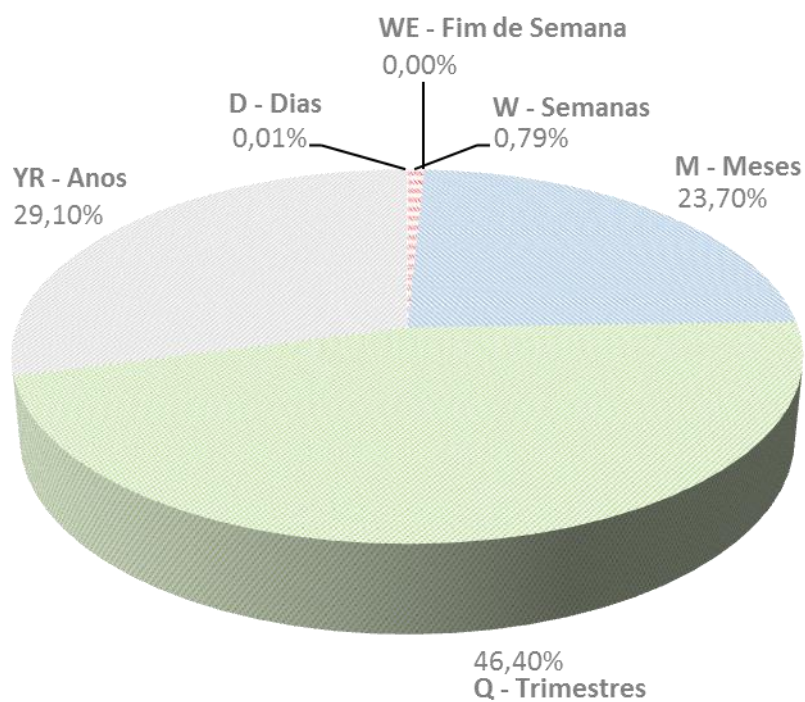


Figura 8 – Peso por volume negociado por tipo de Contrato em 2011

No Quadro 2, apresenta-se a lista de Participantes no OMIP, a 31 de Dezembro de 2011, com a indicação dos Membros Negociadores por conta própria (CP), Membros Negociadores por conta de terceiros (CT) e Intermediários de Operações Bilaterais (IOB).

Entidade	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Acciona Green Energy Developments, S.L.	●		
Alpiq Swisstrade Ltd.	●		
Alpiq Energía España, S.A.U.	●		
Banco Santander, S.A.	●	●	
CIMD – Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A.		●	●
Citigroup Global Markets Ltd.	●		
Danske Commodities, A/S	●		
Deutsche Bank Europe GmbH	●	●	
E.ON Comercializadora de Último Recurso, S.L.	●		
E.ON Energy Trading, S.E.	●		
E.ON Generación, S.L.	●		
EDF Trading Markets Limited	●		
EDP - Energias de Portugal, S.A.	●		
EDP - Serviço Universal, S.A.	●		
EGL Energía Iberia, S.L.	●		
Electrabel N.V./S.A.	●		
Endesa Energía XXI, S.L.	●		
Endesa Generación, S.A.	●		
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.	●		
Factor Energía, S.A.	●		
Fortia Energía, S.L.	●		
Galp Power, S.A.	●		
Gás Natural SUR SDG, S.A.	●		
Gás Natural SDG, S.A.	●		
GDF Suez Trading, S.A.S.	●		
Goldman Sachs International	●	●	
HC Naturgas Comercializadora de Último Recurso, S.A.	●		
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	●		
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.	●		
Iberdrola Generación, S.A.U.	●		
ICAP Energy, AS		●	●
JP Morgan Securities, Ltd	●		
Merrill Lynch Commodities (Europe) Limited	●		
Morgan Stanley & Co. International plc.	●		
Nexus Energía, S.A.	●		
Shell Energy Europe Ltd.	●		
Total Gas & Power Ltd.	●		
Tradition Financial Services Ltd.			●
Tullett Prebon (Europe) Limited			●
Tullett Prebon (Securities) Limited		●	

Quadro 2 – Participantes do Mercado de Derivados do MIBEL

A distribuição geográfica dos membros, na Figura 9, mostra claramente dois pólos mais representativos. Um na Península Ibérica em que sobressaem entidades com activos e interesses na produção e comercialização de energia eléctrica e outro no Reino Unido em que se destacam maioritariamente empresas de natureza financeira.

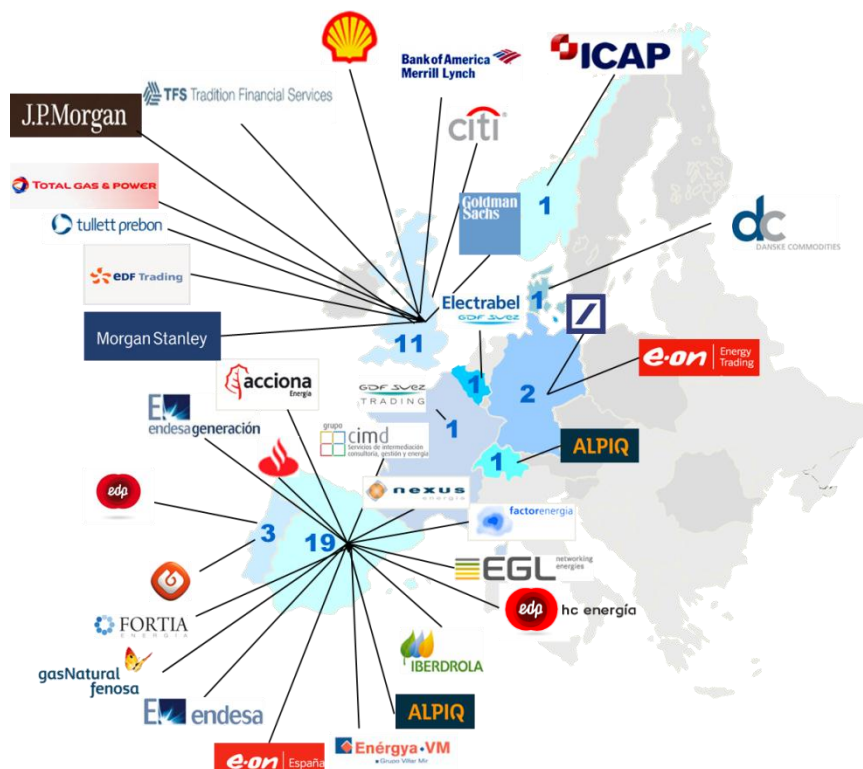


Figura 9 – Origem dos Participantes (Dez.2011)

O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava a 31 de Dezembro de 2011, 35 entidades na modalidade de Membro Negociador por Conta Própria, seis entidades na modalidade de Conta de Terceiros e quatro entidades na modalidade de Intermediário de Operações Bilaterais (IOB), como indicado no Quadro 3.

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	18	2	1
Portugal	3	0	0
Reino Unido	8	2	2
Alemanha	2	1	0
Suiça	1	0	0
Noruega	0	1	1
Bélgica	1	0	0
Dinamarca	1	0	0
França	1	0	0
Total	35	6	4
Ibéricos	21	2	1
Não Ibéricos	14	4	3

Quadro 3 – Participantes, no final de 2011

Relativamente à categoria de Membro Negociador por Conta Própria, houve uma predominância de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de Membro Negociador por Conta de Terceiros e IOB os membros fora da Península Ibérica continuam a ser a maioria.

Com as entradas e saídas de membros no OMIP¹⁵⁻¹⁶⁻¹⁷, o número total de participantes em 2011 manteve-se em linha com o verificado no ano de 2010. Merece destaque a admissão do primeiro membro francês (GDF Suez Trading) e do primeiro membro dinamarquês (Danske Commodities). Chama-se a atenção para o facto de as cessações terem origem, no caso dos distribuidores espanhóis, à criação da figura do comercializador de último recurso e, nos demais casos, devido a fusões e aquisições.

Em termos de preços, como se observa na Figura 10 e na Figura 111, relativamente a 2010, houve uma clara subida nos contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL, fazendo com que a diferença para o mercado Francês fosse reduzida relativamente a 2010 e inclusive durante largos períodos de tempo, os preços em Portugal e Espanha fossem superiores aos do mercado francês.

Ao longo de 2011, os contratos trimestrais atingiram o seu máximo valor em Espanha com o preço de 57,95 €/MWh (27/09/2011) e em Portugal com 62,73 €/MWh (13-10-2011).

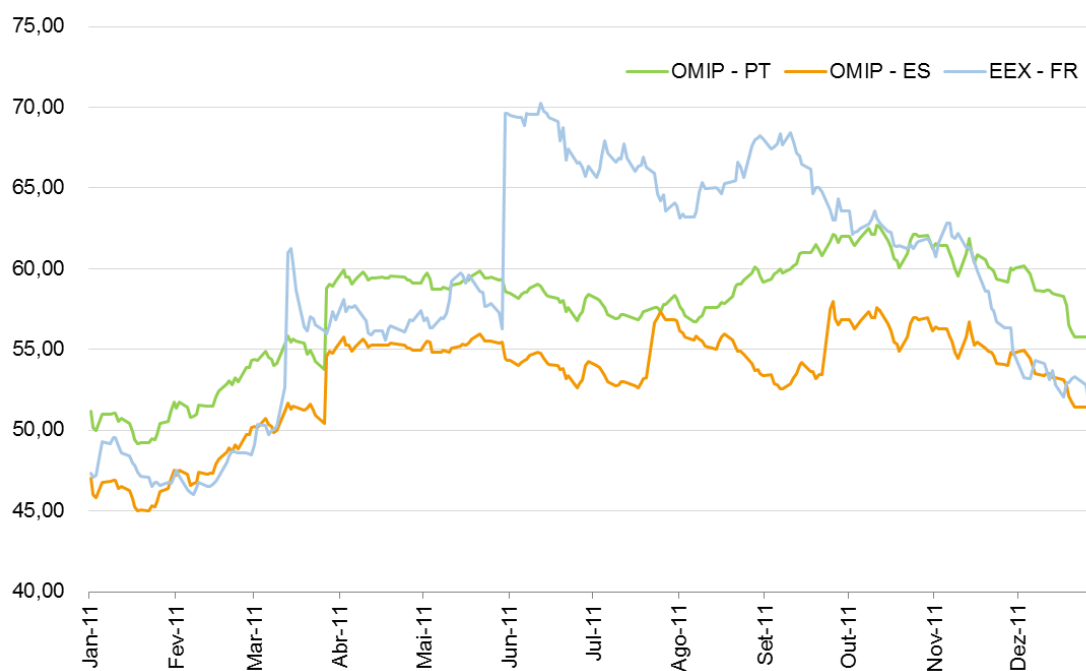


Figura 10 – Evolução do preço do primeiro contrato trimestral em Negociação (€/MWh)

¹⁵ Em 2011 foram admitidos como Membros Negociadores: J.P. Morgan Securities Ltd, Fortia Energía, S.L., Alpiq Energía España, S.A.U., Danske Commodities, A/S, GDF Suez Trading, S.A.S., Merrill Lynch Commodities (Europe) Limited e Tullett Prebon (Securities) Limited.

¹⁶ Em 2011 foram admitidos como IOB: Tullett Prebon (Europe) Limited e Tradition Financial Services.

¹⁷ Em 2011 cessaram a sua participação como Membros Negociadores: Hidrocantábrico Distribución Eléctrica, Endesa Distribución Eléctrica, Unión Fenosa Distribución, S.A., Iberdrola Distribución Eléctrica, S.A.U., E.ON Distribución, S.L., RBS Sempra Energy Europe e RBS Sempra Energy Europe España.

Também nos contratos anuais se observou uma subida no preço nas zonas portuguesa e espanhola face a 2010, atingindo o seu máximo valor em Espanha com o preço de 54,55 €/MWh (28/07/2011) e em Portugal com 59,04 €/MWh (16/06/2011).

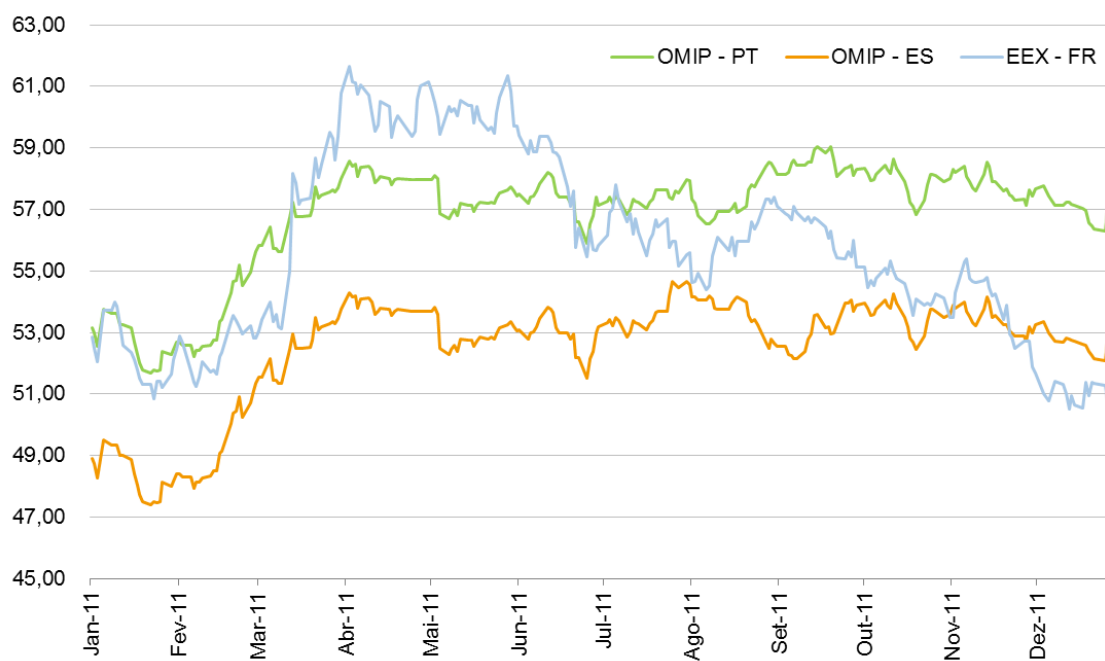


Figura 11 – Evolução do preço do primeiro contrato anual em Negociação (€/MWh)

Como demonstrado na Figura 122, referente à comparação por Bolsa e mercado, para o qual exista operador de mercado com contratos de derivados de electricidade listados, o OMIP, para a zona Espanhola do MIBEL, ocupa a quarta posição em termos de liquidez com 32,8 TWh¹⁸. Com destaque, encontram-se as bolsas Nasdaq OMX Commodities (mercado escandinavo) e da EEX (mercados Alemão e Francês), pioneiras do negócio na Europa e cujo estado de maturidade é, bastante mais avançado.

O OMIP apesar de apenas ter iniciado a sua actividade em 2006, assume a quarta posição com maior liquidez de negociação em bolsa que, por exemplo, a APX Endex Holanda, em operação desde 1999.

A Figura 13 indica a localização geográfica das bolsas europeias de energia.

¹⁸ Este valor não considera os volumes negociados em leilão.

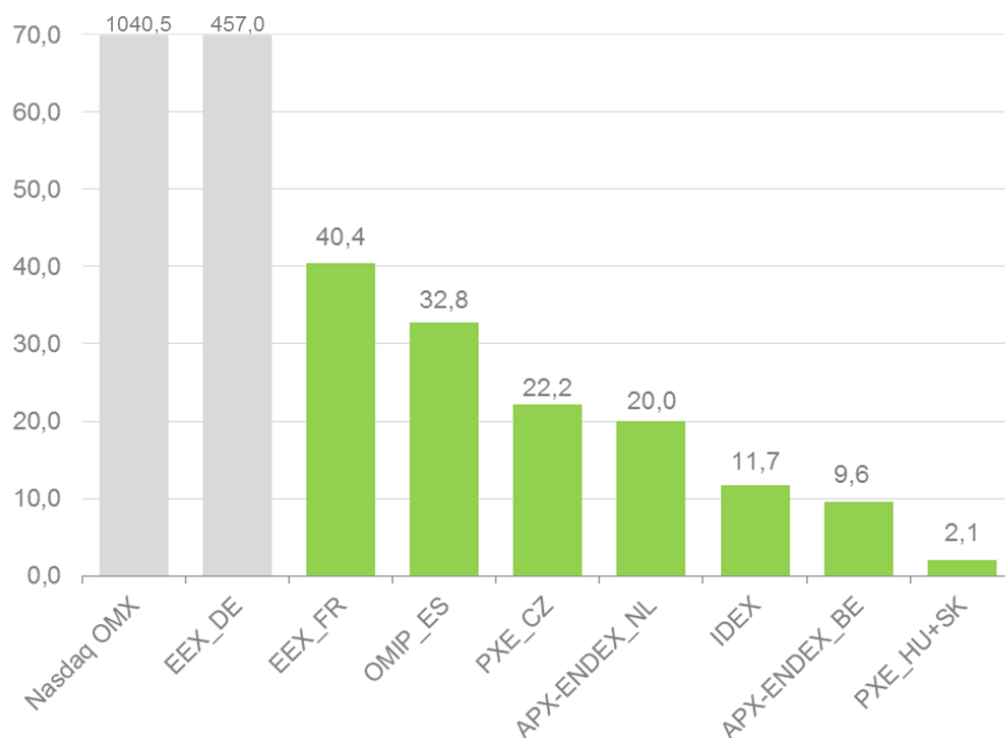


Figura 12 – Comparação entre Bolsas Europeias em Volume Negociado em Contínuo (TWh)

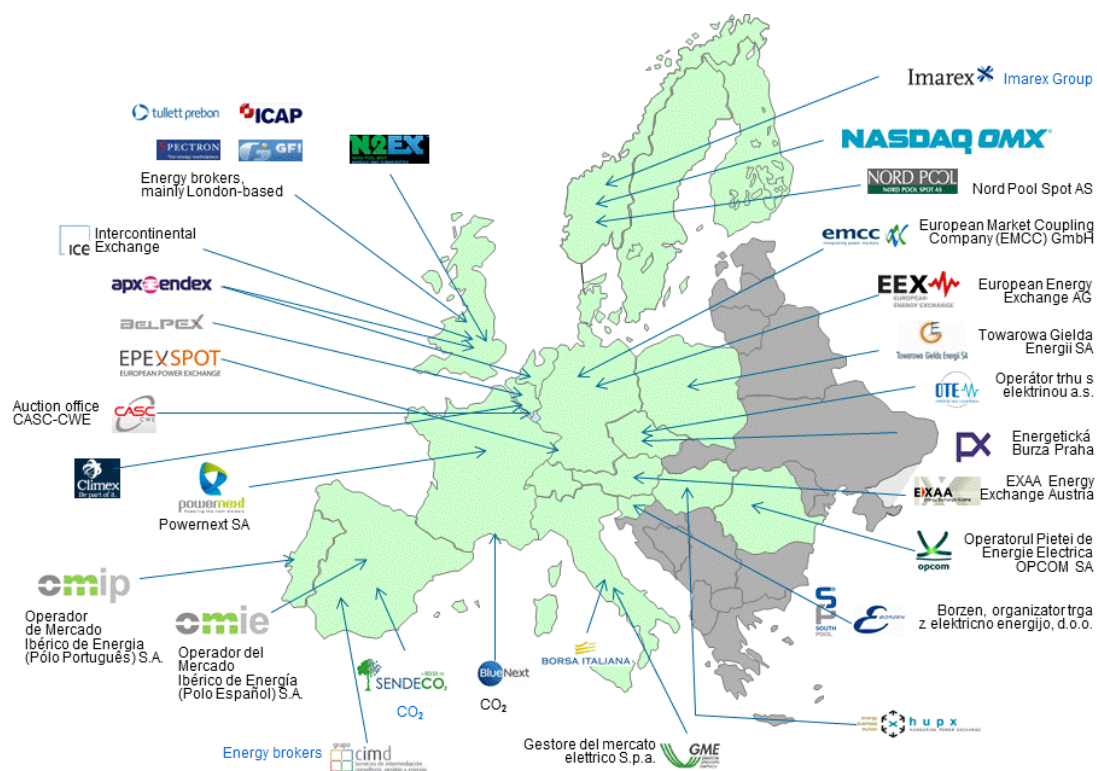


Figura 13 – Localização das Bolsas Europeias de Energia

O Quadro 4 resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2011 no OMIP, com destaque para a admissão dos novos membros e os records de negociação alcançados.

Data	Acontecimento
2.Janeiro	Nexus Energía inicia actividade de Market Maker no OMIP, juntando-se a Deutsche Bank Citigroup e EGL España.
20.Janeiro	Admissão da J.P. Morgan Securities Ltd como Membro Negociador por Conta Própria.
21.Janeiro	OMIP e OMEL apresentam ao Conselho de Reguladores do MIBEL, a criação de uma Sucursal da OMIClear em Espanha.
7.Fevereiro	OMIP anuncia a entrada em funcionamento da nova versão da Plataforma e Switch para apoio no processo de mudança de Comercializador no mercado de Gás Natural.
25.Fevereiro	Realização da XIV reunião do Comité de Negociação e Produtos em Londres.
1.Março	Admissão da Fortia Energia, S.L. como Membro Negociador por Conta Própria.
1.Abril	Novo máximo mensal alcançado em Março com 4,8 TWh negociados.
	Novo máximo semanal com 1,5 TWh negociados.
	OMIP alcança record trimestral no primeiro trimestre de 2011 com 10,9 TWh negociados.
18.Maio	Admissão da Tradition Financial Services como Intermediário de Operações Bilaterais
20.Maio	OMIP lista para negociação Contratos de Futuros Dia e Fim-de-Semana.
3.Junho	Realização da XV reunião do Comité de Negociação e Produtos, em Barcelona.
10.Junho	Assinatura do Contrato de Permuta de acções entre o OMIP SGPS e o OMEL.
30.Setembro	Realização da XVI reunião do Comité de Negociação e Produtos, no Funchal.
4.Outubro	Admissão da Tullett Prebon (Securities) Limited como Membro Negociador por Conta de Terceiros.
17.Outubro	OMIP muda de instalações, deixando o edifício da REN na Av. Estados Unidos da América, passando a estar sediado na Avenida Casal Ribeiro, 14 - 8º junto ao Saldanha.
18.Outubro	Execução do Contrato de Permuta de acções celebrado entre o OMIP SGPS e o OMEL, passando o OMIP a ser detido em partes iguais por estas duas sociedades.
	REN reduz a sua participação no OMIP SGPS para 40% por venda a investidores privados.
25.Outubro	Admissão da Alpiq Energía España S.A.U. como Membro Negociador por Contra Própria.
3.Novembro	Eleição do Conselho de Administração de composição comum ao do OMIE.
10.Novembro	Realiza-se em Madrid, a primeira reunião do Conselho de Administração de composição comum ao OMIP e ao OMIE.
21.Novembro	OMIP alcança record diário de negociação em contínuo com 636.320 MWh.
28.Novembro	OMIP realiza o Leilão de Espectro Multi-Faixa 2011.
6.Dezembro	Admissão da Dansk Commodities A/S como Membro Negociador por Conta Própria.
16.Dezembro	Realização do Primeiro Leilão de colocação Produção em Regime Especial em Portugal organizado pelo OMIP.
19.Dezembro	Admissão da GDF Suez Trading, SAS como Membro Negociador por Contra Própria.
19.Dezembro	Admissão da Merrill Lynch Commodities (Europe) Limited como Membro Negociador por Contra Própria.
30.Dezembro	REN aliena mais um lote de 5% do acções do OMIP SGPS.

Quadro 4 – Resumo de 2011 no OMIP

4. Outras Actividades

4.1 Leilão de Espectro Multi-Faixa 2011

O ICP-ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, foi responsável pelo processo de atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2.1 GHz e 2.6 GHz, destinadas à prestação de serviços de comunicações electrónicas terrestres em Portugal de acordo com os princípios da neutralidade tecnológica e de serviços, sem prejuízo das atribuições identificadas no QNAF – Quadro Nacional de Atribuições de Frequências. Para este fim, contratou o OMIP para assegurar: (i) o desenvolvimento e exploração de uma plataforma electrónica de leilão e (ii) o acompanhamento técnico e operacional necessário à sua condução na fase de licitação.

A fase de licitação desenrolou-se entre os dias 28 e 30 de Novembro, tendo sido adoptado um modelo simultâneo, ascendente, aberto e de múltiplas rondas, vulgarmente conhecido por SMRA (*Simultaneous Multiple – Round Auction*), suportado numa plataforma electrónica específica, com acesso remoto, que para além do processo de licitação permitiu aos intervenientes acompanhar e gerir o leilão de modo totalmente automatizado. O processo decorreu com pleno êxito operacional.

4.2 Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial em Portugal

O primeiro Leilão de Colocação de Produção de electricidade em Regime Especial (PRE), para energia adquirida pelo Comercializador de Último Recurso a produtores em regime especial, foi gerido pelo OMIP, de acordo com os termos definidos pela ERSE. Foram leiloados 200 contratos trimestrais e 100 contratos anuais de futuros de carga base com entrega na zona portuguesa do MIBEL. O leilão teve por base um modelo de Relógio Ascendente, composto por um conjunto de Rondas sucessivas, suportado pela Plataforma de Leilões OMIPlus. Participaram no leilão 12 membros do Mercado de Derivados do MIBEL, tendo no final resultado oito entidades adjudicatárias. Foi atribuída a totalidade da oferta colocada em leilão, ao preço de fecho de 53.35 €/MWh para os contratos trimestrais e de 53.00 €/MWh para os contratos anuais, num total de seis rondas. As quantidades adjudicadas foram registadas na OMIClear.

4.3 Desenvolvimento do projecto de Interruptibilidade em Portugal

Dando seguimento ao projecto iniciado em 2010 com a REN - Rede Eléctrica Nacional (o número 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 592/2010, de 29 de Julho, determina que o serviço de interruptibilidade é gerido pela REN - Rede Eléctrica Nacional, enquanto operador da rede nacional de transporte de electricidade) referente ao Regime de Interruptibilidade em Portugal, o OMIP, com a publicação da Portaria n.º 1309/2010, de 23 de Dezembro alargou as suas actividades na promoção de medidas de eficiência, e gestão de alternativas à construção e exploração de novos centros electroprodutores a todos os consumidores de electricidade em MAT, AT e MT que contratem a sua energia directamente no mercado organizado, ou de contratação bilateral, ou através de comercializadores não regulados com uma potência máxima interruptível inferior a 4 MW e desde que não desenvolva uma actividade que inclua serviços essenciais em que a aplicação do serviço de interruptibilidade possa pôr em risco a segurança das pessoas ou bens. Esta medida não só veio fortalecer o envolvimento do OMIP neste projecto ao longo do ano de 2011 como também comprovar as suas sólidas competências organizativas.

4.4 Desenvolvimento do projecto GPMC

Em 2011, o OMIP continuou a assegurar a gestão operacional do e_Switch, a plataforma informática desenvolvida pelo OMIP para suportar de forma célere, transparente e segura os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A.. Durante o último ano importantes desenvolvimentos foram introduzidos neste serviço, nomeadamente, uma nova versão de software que entrou em fase de produção no início do ano e que veio automatizar de forma efectiva todo o processo. A especificação para esta nova versão da plataforma resultou do contributo de todos os agentes de mercado, culminando um processo de total adaptação às necessidades e especificidades do processo de mudança de comercializador. Durante o ano de 2011 foram ainda implementados os fluxos auxiliares do processo de mudança, fechando assim o ciclo de fluxos definidos pela ERSE.

5. Perspectivas para 2012

O ano de 2012 é um ano de grandes desafios para o OMIP, desde logo porque será o primeiro ano de pleno funcionamento integrado no contexto OMI. Esta integração deverá fornecer ao OMIP um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes e permitir manter o crescimento do volume negociado, o que aliás tem acontecido, consecutivamente, desde a sua criação em 2006.

Acrescem outras actividades que poderão, em 2012, assumir uma importância fulcral para o desenvolvimento do negócio, nomeadamente:

- Para além do expectável crescimento dos volumes negociados, o OMIP espera igualmente aumentar o número de participantes no Mercado, em particular pela adesão de membros domiciliados fora da Península Ibérica;
- A continuação do actual ciclo de crise económica e financeira continuará a abrir oportunidades de negócio ao OMIP, em especial, o aumento da procura de soluções de cobertura de risco, potenciando o negócio da sua participada OMIClear como a principal referência e recurso no que concerne à compensação das operações realizadas fora de bolsa, de molde a eliminar os riscos de contraparte e de crédito;
- Continuação da organização de Leilões de colocação de PRE para a zona Portuguesa do MIBEL;
- Aproveitamento da experiência adquirida no âmbito do gás natural, permitindo ao OMIP legítimas aspirações em ser uma entidade relevante no processo de liberalização do sector do gás natural em Portugal.

Assim, em termos de desenvolvimento do negócio, o OMIP continuará a actuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do sector de negócio onde a empresa está inserida.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar activamente nas actividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais o OMIP é parte, com destaque para o EUROPEX¹⁹, onde o CEO do OMIP assume o cargo de Presidente da associação.

¹⁹ Association of European Energy Exchanges.

6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do Artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, considerando: (i) o número 2 do artigo 5º do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, que preceitua não deverem ser distribuídos dividendos enquanto os fundos próprios não atingirem o dobro do capital social mínimo exigível às entidades gestoras, nem quando, por força dessa distribuição, ficarem abaixo desse limite; (ii) que os capitais próprios do OMIP a 31 de Dezembro de 2011 são de 4 037 470 Euros e (iii) que o capital social é de 2 500 000 Euros, deliberou propor que o Resultado Líquido do Exercício de 2011, no valor positivo de 82 059 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	820,59 Euros
Para Resultados Transitados	81238,41 Euros

Lisboa, 21 de Março de 2012

O Conselho de Administração,

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A. (José Domínguez Abascal)

E.ON España, S.L. (Javier Anzola Pérez)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira)

Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén)

Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García)

Iberdrola Generación, S.A. (Rodolfo Martínez Campillo)

Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara)

7. Accionistas, Órgãos Sociais, Comité de Ética e Participada

7.1 Accionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (50%) ²⁰

7.2 Órgãos Sociais (Triénio 2009 – 2011) ²¹

Mesa da Assembleia-Geral

Maria Elvira Teixeira Borges	Presidente
Nuno Miguel da Silva Alves do Rosário	Vice – presidente
Ana Paula Boazinha Fernandes Antão Cerqueira	Secretária

Conselho de Administração ²²

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto	Presidente
Pedro Jesus Mejía Gómez	Vice-presidente
Abengoa, S.A. (José Domínguez Abascal)	Vogal
E.ON España, S.L. (Javier Anzola Pérez)	Vogal
EDP – Energias de Portugal, S.A.	
(Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira)	Vogal
Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén)	Vogal
Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García)	Vogal
Iberdrola Generación, S.A. (Rodolfo Martínez Campillo)	Vogal
Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques)	Vogal
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	
(Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara)	Vogal

²⁰ Em 18 de outubro de 2011, para dar cumprimento ao disposto no Acordo Internacional, conforme já referido no texto, a sociedade OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. que até então detinha a totalidade das ações representativas do capital social do OMIP, alienou 50% ao OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A..

²¹ Situação a 31 de dezembro de 2011.

²² No seguimento das renúncias apresentadas em 3 de novembro de 2011, pelos vogais do Conselho de Administração Jorge Fernando da Silva Simão, Paulo Martins de Sena Esteves, João Manuel de Castro Plácido Pires e OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Pólo Español, S.A. (Pedro Jesus Mejía Gómez), os acionistas da sociedade, elegeram, na mesma data, à exceção do Presidente, todos os membros indicados para concluir o mandato em curso 2009-2011.

Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

Luís Borges da Assunção (ROC)

Efectivo

João Alberto Monarca Pires, Unipessoal, Lda. (SROC)

Suplente

7.3 Comité de Ética

João Luís Correia Duque

Presidente

Angel Landa López de Ocariz

Vogal

Ignasi Nieto Magaldi

Vogal

João José Esteves Santana

Vogal

António Sevilla Cervantes

Vogal

7.4 Participada

OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A. -
Participação de 100% no capital social de 3 000 000,00 Euros.

8. Demonstrações financeiras e anexos a 31 de Dezembro de 2011

Balanço individual

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2011	31-12-2010
Activo			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	361.076	292.204
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	6	3.103.844	3.053.444
Outras contas a receber	9	-	438.148
Activos por impostos diferidos	7	34.350	90.700
		3.499.270	3.874.496
Corrente			
Clientes		50.221	46.109
Estado e outros entes públicos	8	699	8.787
Outras contas a receber	9	1.232.796	223.490
Activos por impostos diferidos	7	40.565	
Diferimentos		29.530	15.689
Caixa e depósitos bancários	4	164.208	830.033
		1.518.020	1.124.108
Total do activo		5.017.290	4.998.604
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	10	2.500.000	2.500.000
Prémio de emissão		1.193.711	1.193.711
Reservas legais	11	18.820	17.246
Resultados transitados		242.879	228.718
		3.955.411	3.939.676
Resultado líquido do período		82.059	15.735
Total do capital próprio		4.037.470	3.955.411
Passivo			
Não corrente			
Passivos por impostos diferidos	7	-	116.109
Outras contas a pagar	12	-	153.076
		0	269.185
Corrente			
Fornecedores	12	140.969	208.447
Estado e outros entes públicos	8	163.600	50.957
Financiamentos obtidos		54.447	
Passivos por impostos diferidos	7	116.109	
Outras contas a pagar	12	504.694	503.093
Diferimentos		-	11.511
		979.820	774.008
Total do passivo		979.820	1.043.193
Total do capital próprio e do passivo		5.017.290	4.998.604

Demonstração individual dos resultados

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados	13	2.065.440	2.579.081
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	50.399	5.733
Fornecimentos e serviços externos	14	(685.388)	(986.265)
Gastos com o pessoal	15	(999.645)	(976.392)
Outros rendimentos e ganhos		98.500	62.710
Outros gastos e perdas	16	(338.747)	(555.234)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		190.560	129.635
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		(79.558)	(110.064)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111.002	19.571
Juros e rendimentos similares obtidos	17	1.722	4.656
Juros e gastos similares suportados	17	(4.358)	(5.166)
Resultados antes de impostos		108.366	19.060
Imposto sobre o rendimento do período	18	(26.307)	(3.325)
Resultado líquido do exercício		82.059	15.735

Demonstração das alterações dos capitais próprios

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital					Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2010	2.500.000	2.233.323	16.184	219.153	10.628	4.979.288
Total do rendimento do período	-	-	-	-	15.735	15.735
Diminuição por investimento		(1.039.612)				(1.039.612)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	-	1.063	9.565	(10.628)	-
A 31 de Dezembro de 2010	2.500.000	1.193.711	17.247	228.718	15.735	3.955.411

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital					Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2011	2.500.000	1.193.711	17.247	228.718	15.735	3.955.411
Total do rendimento do período	-	-	-	-	82.059	82.059
Diminuição por investimento		-				-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Aumento por aplicação de resultados	-	-	1.574	14.161	(15.735)	-
A 31 de Dezembro de 2011	2.500.000	1.193.711	18.820	242.879	82.059	4.037.470

Demonstração dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2011	Dezembro de 2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1.573.258	3.002.978
Pagamentos a fornecedores	(1.105.062)	(1.782.935)
Pagamentos ao pessoal	(866.650)	(938.905)
Caixa gerada pelas operações	(398.454)	281.139
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(10.335)	68.587
Outros recebimentos/pagamentos	(165.386)	(329.519)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(574.175)	20.206
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(70.966)	
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	2.224	2.396
Fluxos das actividades de investimento (2)	(68.742)	2.396
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(19.963)	(32.474)
Juros e gastos similares	(2.945)	(1.284)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(22.908)	(33.757)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(665.825)	(11.155)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	830.033	841.188
Caixa e seus equivalentes no fim do período	164.208	830.033
DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES		
Numerário	641	1.635
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa		
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	163.567	328.398
Depósitos a prazo		500.000
Outras disponibilidades		
Diponibilidades constantes do Balanço	164.208	830.033

Anexo às demonstrações financeiras Individuais

1 Informação geral

O OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A., foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de Junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respectiva escritura pública sido assinada em 16 de Junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua actividade em 10 de Dezembro de 2003, tendo por objecto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transacções e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Electricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transacções padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema eléctrico.

Devido aos atrasos no arranque do MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade, o OMIP apenas começou a operar em 3 de Julho de 2006.

O capital social do OMIP é de 2 500 000 euros, representado por 250 000 acções com o valor nominal de 10 euros cada e em 31 de Dezembro de 2009 era detido em 90% pela REN e em 10% pelo OMEL.

Conforme previsto no Acordo Internacional de Santiago, a actividade de gestão de participações societárias passou a ser exclusivo das sociedades *holding*. No cenário até então vigente, existia uma troca de participações de 10% entre as duas sociedades operadoras de mercado OMEL e OMIP. Assim, foi gizado um projecto de cisão-fusão que se consubstanciou no destaque, e respectiva incorporação no OMIP SGPS, nos termos do artigo 118.º, n.º 1, alínea c) do Código das Sociedades Comerciais, de uma unidade económica autónoma constituída pelos seguintes activos:

- i. Participação social detida pelo OMIP na sociedade de direito espanhol denominada OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A., com sede na C/ Alfonso XI, n.º 6, 4.º e 5.º pisos, 28014 Madrid, com o número de contribuinte A-81845414 com o capital social no valor de EUR 1.999.998,00 (um milhão novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e oito euros), registado no Registo Mercantil de Madrid sob o número M-199944, participação essa correspondente a 666.666 (seiscentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e seis) acções ordinárias, com o valor nominal de EUR 0,30 (trinta cêntimos de euro) cada, nominativas, com o valor nominal global de EUR 199.999,80 (cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove euros e oitenta cêntimos), representativa de 10% (dez por cento) do capital social do OMEL.

- ii. Elementos patrimoniais adequados ao suporte do exercício da referida actividade, designadamente o activo imobilizado a ela afecto, também identificados no Anexo IV do projecto de “fusão-cisão”.

Os elementos patrimoniais destacados do OMIP e transferidos para o OMIP SGPS encontravam-se contabilizados no OMIP, pelo montante de 1.039.612 euros, correspondente a:

- i. Participação social no OMEL, incorporada no OMIP SGPS, encontrava-se contabilizada no OMIP pelo valor de EUR 1.033.323,00 (um milhão e trinta e três mil trezentos e vinte e três euros);
- ii. Os outros elementos patrimoniais a incorporar no OMIP SGPS, discriminados no referido Anexo IV, encontravam-se contabilizados no OMIP pelo valor de EUR 6.288,51 (seis mil, duzentos e oitenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos).

O projecto foi elaborado com obediência aos requisitos de que depende a aplicação do regime especial de neutralidade fiscal, constante dos artigos 73.º e ss. do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, sendo os elementos do activo e do passivo a destacar transferidos pelos valores constantes dos registos contabilísticos no formato relevante para efeito de aplicação daquele normativo fiscal. Para efeitos contabilísticos, os elementos patrimoniais serão contabilizados no OMIP SGPS pelo valor pelo qual os mesmos se encontram registados na contabilidade do OMIP.

O referido projecto de cisão-fusão foi aprovado pelos accionistas de ambas as sociedades intervenientes no dia 26 de Novembro de 2010.

Como passo prévio à estrutura societária prevista no Acordo Internacional de Santiago, os então accionistas REN e OMEL, que na ocasião e na mesma proporção (90% e 10%) também o eram da sociedade OMIP SGPS, aprovaram, no seu âmbito, a realização de um aumento de capital através de novas entradas, em espécie, mediante transmissão para a sociedade das 250.000 acções, no valor nominal unitário de 10,00 Euros, tituladas, nominativas, representativas da totalidade do capital social do OMIP. Com a realização desta operação, aprovada em 21 de Dezembro de 2010, o OMIP SGPS passou a ser titular da totalidade das acções representativas do capital social do OMIP.

Finalmente, e conforme já referido no Relatório de Gestão, em 18 de Outubro de 2011, o OMIP SGPS alienou ao OMEL 50% das acções representativas do capital social do OMIP, o qual, passou a ser detido em 50% pelo OMIP SGPS, e em 50% pelo OMEL.

O OMIP detém a totalidade do capital da empresa, OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., que tem como objecto social a compensação de operações a prazo, nomeadamente contratos de futuros e opções sobre electricidade.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 21 de Março de 2012. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, constituem as primeiras demonstrações financeiras individuais preparadas pela Empresa de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas à data de 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras do OMIP foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) até 31 de Dezembro de 2009.

2.2. Impacto da transição para SNC

O OMIP adoptou as “NCRF”, emitidas e em vigor ou emitidas à data de 1 de Janeiro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009 e a empresa preparou o seu balanço de abertura a essa data.

Dessa transição não resultou qualquer efeito no capital próprio da empresa, traduzindo-se apenas em alterações na denominação das contas.

3 Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Participações financeiras - Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade. As entidades que qualificam como filiais encontram-se listadas na Nota 19.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Anos

Equipamento de Transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os activos financeiros podem ser classificados como:

- Activos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os activos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e activos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo;
- Investimentos detidos até à maturidade – incluem os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- Activos financeiros disponíveis para venda – incluem os activos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transacção, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o activo.

Activos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transacção reconhecidos em resultados. Estes activos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de activos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado activo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transacções recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outras contas a receber”. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.5. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.6. Passivos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

No exercício de 2008, a Empresa passou a ser integrada em sede de IRC no perímetro de consolidação fiscal do Grupo REN. Como consequência os movimentos relativos aos pagamentos por conta são registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

No entanto no ano corrente, 2011, a empresa deixou de pertencer ao grupo fiscal do Grupo REN, como esse facto só ocorreu em 19 de Outubro de 2011, os pagamentos por conta foram registados no balanço da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*, ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da

reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.8. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.9. Rédito

O rédito compreende o justo valor, recebido ou a receber, da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.10. Desvios tarifários

Uma vez que o SNC é omissivo relativamente às actividades reguladas e ao registo de desvios tarifários, o OMIP definiu a política para o reconhecimento e mensuração dos desvios tarifários conforme previsto na NCRF 4 – ‘Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros’ com referência ao normativo internacional SFAS 71 – Rate regulated activities. O SFAS 71 refere que: “uma entidade deve reconhecer: a) um activo regulatório pelo seu direito a recuperar custos específicos incorridos anteriormente e a obter um retorno específico; ou b) um passivo regulatório pela sua obrigação de devolver montantes recebidos anteriormente e pagar uma remuneração específica, quando tem o direito a aumentar ou reduzir as tarifas futuras” consoante os mecanismos de recuperação instituídos pelo regulador.

Desta forma o OMIP estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, os desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correcção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2). Excepcionalmente, o regulador definiu durante o exercício de 2010, que os ajustamentos referentes aos anos de 2009 e 2010, seriam apenas ajustados no ano 2012.

3.11. Especialização de exercícios

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos nas rubricas de Contas a Receber e Contas a pagar.

Note-se que a OMIClear deixou de ser subsidia a partir do ano 2011, inclusive, portanto deixou de gerar desvios tarifários, pelo que o valor que consta do balanço final em 2011, é referente às correcções efectuadas até ao ano de 2010.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa apresentam os seguintes valores

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Caixa	641	1.635
Depósitos bancários	163.567	828.398
Caixa e equivalentes de caixa	<u>164.208</u>	<u>830.033</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Numerário		
- Caixa	641	1.635
	<u>641</u>	<u>1.635</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	163.567	328.398
- Depósitos a prazo	-	500.000
	<u>163.567</u>	<u>828.398</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>164.208</u>	<u>830.033</u>

5 Activos fixos tangíveis

O movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2010 apresenta-se como se segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2010

	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Activos em Curso</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2010				
Custo de aquisição	110.613	1.532.657	-	1.643.270
Depreciações acumuladas	(87.847)	(1.365.171)	-	(1.453.018)
Valor líquido	22.766	167.486	-	190.252
31 de Dezembro de 2010				
Adições	100.000	27.667	129.425	257.092
Alienações	(110.613)	(7.619)	-	(118.231)
Transferências e abates	-	(35.509)	-	(35.509)
Depreciação - exercício	(27.012)	(83.052)	-	(110.064)
Depreciação - alienações	100.276	7.536	-	107.811
Depreciação- transf. e abates	-	855	-	855
Valor líquido	85.417	77.363	129.425	292.205
31 de Dezembro de 2010				
Custo de aquisição	100.000	1.517.195	129.425	1.746.620
Depreciações acumuladas	(14.583)	(1.439.832)	-	(1.454.416)
Valor líquido	85.417	77.363	129.425	292.205

O movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2011 apresenta-se como se segue:

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2011

	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Activos em Curso</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2011				
Custo de aquisição	100.000	1.517.195	129.425	1.746.620
Depreciações acumuladas	<u>(14.583)</u>	<u>(1.439.832)</u>	<u>-</u>	<u>(1.454.416)</u>
Valor líquido	<u>85.416,66</u>	<u>77.362,53</u>	<u>129.425,00</u>	<u>292.204,19</u>
31 de Dezembro de 2011				
Adições	130.000	24.705	45.725	200.430
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(60.000)	-	-	(60.000)
Depreciação - exercício	(34.167)	(45.391)	-	(79.558)
Depreciação - alienações	8.000	-	-	8.000
Depreciação- transf. e abates	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u>129.250</u>	<u>56.676</u>	<u>175.150</u>	<u>361.076</u>
31 de Dezembro de 2011				
Custo de aquisição	170.000	1.541.900	175.150	1.887.050
Depreciações acumuladas	<u>(40.750)</u>	<u>(1.485.224)</u>	<u>-</u>	<u>(1.525.974)</u>
Valor líquido	<u>129.250</u>	<u>56.676</u>	<u>175.150</u>	<u>361.076</u>

6 Participações financeiras – Método de Equivalência Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2011 o investimento em empresa associada é como segue:

	<u>% detida</u>	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
OMICLEAR	100,00%	3.000.000	3.000.000
Total		3.000.000	3.000.000

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
	<u>OMICLEAR</u>	<u>OMICLEAR</u>
Activos		
Não correntes	321.319	684.568
Correntes	147.945.801	77.138.040
	<u>148.267.121</u>	<u>77.822.608</u>
Passivos		
Não correntes	-	233.300
Correntes	145.163.277	74.535.864
	<u>145.163.277</u>	<u>74.769.164</u>
Capital Próprio	<u>3.103.844</u>	<u>3.053.444</u>
	3.103.844	3.053.444
Actividade no ano		
Rendimentos	1.499.079	1.182.712
Gastos	(1.448.680)	(1.176.979)
Resultado líquido	<u>50.399</u>	<u>5.733</u>
% participação detida	100%	100%
	<u>50.399</u>	<u>5.733</u>

A movimentação da participação financeira de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011 é como segue:

	<u>OMICLEAR</u>
1 de Janeiro de 2010	3.047.711
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	5.733
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
31 de Dezembro de 2010	3.053.444
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	50.399
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
31 de Dezembro de 2011	3.103.844

7 Activos e passivos por Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue.

Impostos Diferidos Activos

	<u>Desvios Tarifários</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2010	40.565	-	40.565
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição por resultados	-	50.134	50.134
Movimento do período	-	50.134	50.134
A 31 de Dezembro de 2010	40.565	50.134	90.700
	<u>Desvios Tarifários</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2011	40.565	50.134	90.700
Período findo em 31 de Dezembro			
Reversão por resultados	-	(15.785)	(15.785)
Movimento do período	-	(15.785)	(15.785)
A 31 de Dezembro de 2011	40.565	34.350	74.915
Prejuízos fiscais reportáveis:			
- ano 2010	119.748		

Impostos Diferidos Passivos

	<u>Desvios Tarifários</u>
A 1 de Janeiro de 2010	73.144
Período findo em 31 de Dezembro	
Constituição por resultados	42.965
Movimentos do período	42.965
A 31 de Dezembro de 2010	116.109
	<u>Desvios Tarifários</u>
A 1 de Janeiro de 2011	116.109
Período findo em 31 de Dezembro	
Movimentos do período	-
A 31 de Dezembro de 2011	116.109

8 Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Estado é como se segue:

	31-12-2011		31-12-2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento	-	10.179	-	9.820
Retenção de impostos s/rendimento		34.377		20.642
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	85.624	-	11.034
Contribuições p/ segurança social	-	33.420	-	9.461
IVA noutros mercados	699	-	8.787	-
	699	163.600	8.787	50.957

Detalhe da rubrica de IRC

	2011	2010
Pagamentos por conta		
Retenções na fonte	343	675
Estimativa de IRC	(10.522)	(10.494)
Total	(10.179)	(9.820)

9 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outras contas a receber é o seguinte:

	31-12-2011		31-12-2010		
	Corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A			110.165		110.165
OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia			4.368		4.368
OMIClear, S.A.	790.012	790.012	108.331		108.331
OMIP, SGPS, S.A.	4.582	4.582			
Outros devedores			627		627
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimo de rendimento	438.148	438.148	-	438.148	438.148
Outras contas a receber	1.232.742	1.232.742	223.490	438.148	661.638

O saldo de Outros devedores refere-se a transacções com empresas do Grupo (ver nota 19.4).

O acréscimo de rendimento corrente é referente ao desvio tarifário gerado em 2010.

Conforme o disposto no Despacho n.º 17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da Energia e Inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, serão recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento tarifário, isto é, 2012.

10 Capital social

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do OMIP, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 250.000 acções com o valor nominal de 10 euro cada.

11 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de Dezembro de 2011 a reserva legal ascendia a 18.819,85 Euros.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

A decomposição da rubrica de Fornecedores e outras contas a pagar, em 31 de Dezembro de 2011 é como segue:

	31-12-2011		31-12-2010		
	Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores	140.969	140.969	208.447	-	208.447
	140.969	140.969	208.447	-	208.447
Outros Credores					
Fornecedores investimento	56.678	56.678	44.473		44.473
REN, SGPS, S.A.	7.430	7.430	7.430		7.430
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	29.009	29.009	19.317		19.317
OMIClear, S.A.	72.310	72.310	287.900		287.900
REN Armazengem, S.A.	53.325	53.325	869		869
RENTELECOM, S.A.	4.683	4.683	1.954		1.954
Outros credores	54.447	54.447	77.121		77.121
Credores por acréscimos de gastos					
Férias e Sub. Férias	102.303	102.303	28.629	-	28.629
Desvios Tarifários	153.076	153.076		153.076	153.076
Outros	25.880	25.880	35.400	-	35.400
Total	559.141	559.141	503.093	153.076	656.169

O acréscimo de gasto corrente é referente ao desvio tarifário gerado em 2009.

Conforme o disposto no Despacho n.º 17041/2010 do Gabinete do Secretário de Estado da Energia e Inovação, o modelo de sustentação económica do OMIP e da OMIClear, cessou em 31 de Dezembro de 2010.

Como tal, os montantes líquidos (isto é, saldo líquido de activo e passivo do OMIP e OMIClear) de desvios tarifários apurados em 2009 e 2010, serão recuperados via tarifa em n+2 conforme preconizado no Regulamento Tarifário da ERSE, isto é, 2012.

13 Vendas e Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos rendimentos com prestações de serviços é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Tarifa Gestão Global do Sistema	-	1.370.647
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	129.949	241.334
Serviços Sustent Sist Gestão	470.827	-
Comissões	1.103.338	913.932
Outros serviços	361.326	53.168
Vendas e prestações de serviços	<u>2.065.440</u>	<u>2.579.081</u>

14 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos custos incorridos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Custos com trabalhos especializados	377.580	683.265
Custos serviços comuns	82.357	90.266
Deslocações e estadas	81.224	84.550
Comunicação	21.316	27.877
Despesas de representação	43.543	65.300
Seminários e congressos	1.739	726
Formação	-	1.325
Energia e fluidos	9.699	9.101
Materiais	15.857	8.138
Seguros	3.723	-
Rendas e alugueres	11.012	-
Conservação e reparação	33.630	6.920
Outros (inferiores a 5.000 €)	3.709	8.797
Fornecimentos e serviços externos	<u>685.388</u>	<u>986.265</u>

A rubrica Custos com trabalhos especializados inclui essencialmente gastos com serviços de informática e serviços de consultoria. Custos comuns respeitam a montantes debitados pelo grupo REN referente a custos comuns do edifício, de gestão, administrativos, etc.

15 Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos custos incorridos com pessoal é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Remunerações dos órgãos sociais	575.497	705.458
Remunerações do pessoal	300.209	176.095
Encargos s/ remunerações	111.823	83.145
Seguros de acid. Trab. Doenças profissionais	5.935	6.702
Custos de acção social	-	557
Outros custos	6.181	4.435
Custos com o pessoal	<u>999.645</u>	<u>976.392</u>

O número médio de empregados em 2011 foi de 6 (2010:4).

16 Outros gastos e perdas

O detalhe dos Outros gastos e perdas é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Impostos Indirectos	29.766	23.124
- Imposto sobre valor acrescentado	14.017	6.877
- Imposto de selo	20	181
- Taxas	15.159	15.935
- Outros	569	132
Gastos em alienações	-	625
Donativos	-	750
Quotizações	4.103	4.060
Operações de mercado	304.706	526.674
Outros	172	0
Outros Gastos e perdas	<u>338.747</u>	<u>555.234</u>

A rubrica Operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*market makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas do mercado.

As comissões fixas com os *market makers* foram renegociadas, o que originou o decréscimo verificado.

17 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos Gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos depósitos à ordem	1.597	3.194
Diferenças câmbio favoráveis	124	-
Rendimentos de participações	-	1.461
	<u>1.722</u>	<u>4.656</u>
Juros e gastos similares		
Diferenças câmbio desfavoráveis	(1.363)	(1.770)
Juros contrato leasing	(2.303)	(1.284)
Serviços bancários	(687)	(1.898)
Outros	(5)	(214)
	<u>-4.358</u>	<u>-5.166</u>
Gastos e Rendimentos financeiros	<u>(2.636)</u>	<u>(511)</u>

18 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Imposto s/ rendimento corrente	10.522	10.494
Imposto s/ rendimento diferido	15.785	(7.169)
Imposto sobre o rendimento	<u>26.307</u>	<u>3.325</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foi de 26,5% (2010: 26,5%).

A conciliação do montante de imposto do exercício é como segue:

	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Resultado antes de Imposto		108.366	19.060
Taxa de Imposto		25,0%	25,0%
		<u>27.091</u>	<u>4.765</u>
Custos não dedutíveis		5.172	7.588
Rendimentos não tributáveis		50.399	53.701
Prejuízos gerados s/ Imposto diferido		-	-
Efeito correcção imposto diferido		-	-
Tributação autónoma		<u>9.575</u>	<u>10.494</u>
		<u>92.237</u>	<u>76.549</u>
Imposto s/ rendimento corrente		10.522	10.494
Imposto s/ rendimento diferido		<u>15.785</u>	<u>(7.169)</u>
Imposto s/ rendimento		<u>26.307</u>	<u>3.325</u>
Taxa efectiva de imposto		24,28%	17,45%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	<u>1,50%</u>	<u>1,50%</u>
	26,50%	26,50%

19 Transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011, o OMIP era detido em partes iguais (50%) pelo OMIP SGPS e pelo OMEL.

Por sua vez, a REN detinha uma participação de 35% no OMIP SGPS.

A lista das entidades relacionadas é a seguinte:

Entidades relacionadas

Accionistas

OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA
 OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA

Empresas do Grupo

REN -Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA
 REN - Rede Eléctrica Nacional, SA
 REN Trading, SA
 REN Gás, SGPS, SA
 REN Gasodutos, SA
 REN Armazenagem, SA
 REN Atlântico, Terminal de GNL, SA
 Rentelecom - Comunicações, SA
 REN Serviços, SA
 Enondas, Energia das Ondas, SA
 OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA
 OMI - Pólo Español, SA
 OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA
 OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, (SGCCCC), S.A.,
 OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, (SGCCCC), S.A., Sucursal en España

Durante o exercício, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

Rendimentos – Empresas do Grupo

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Prestação de Serviços		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	60.000	1.092.542
REN - Gasodutos, S.A	30.000	
OMICLEAR, S.A	470.827	30.000
	<u>560.827</u>	<u>1.122.542</u>

19.1. Gastos – Empresas do Grupo

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Compras de Serviços		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	49.511	63.632
REN Armazenagem, S.A	19.646	14.843
RENTELCOM - Comunicações, S.A	5.363	16.563
REN Serviços, S.A	13.080	13.200
	<u>87.600</u>	<u>108.238</u>

19.2. Remuneração do Conselho de Administração

Durante o período findo em 31 de Dezembro 2011, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Orgãos Sociais		
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>575.497</u>	<u>705.458</u>
	<u>575.497</u>	<u>705.458</u>

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2011, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são:

19.3. Saldos com partes relacionadas – Empresas do Grupo

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Cientes e outras contas a receber		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	-	110.165
OMIP SGPS	4.582	4.368
OMICLEAR, S.A	<u>790.012</u>	<u>108.331</u>
	<u>794.594</u>	<u>222.863</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A	(7.430)	(7.430)
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A	(29.009)	(19.317)
RENTELECOM - Comunicações, S.A	(4.683)	(1.954)
REN SERVIÇOS, S.A	(10.824)	(3.993)
REN Armazenagem, S.A	(53.325)	(869)
OMICLEAR, S.A	(72.310)	
	<u>(177.581)</u>	<u>(33.563)</u>

20 Contingências

À data de 31 de Dezembro de 2011 não existe conhecimento de qualquer contingência ou compromisso assumido.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O Conselho de Administração,

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A. (José Domínguez Abascal)

E.ON España, S.L. (Javier Anzola Pérez)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Carlos Manuel Côrte-Real Alves Pereira)

Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén)

Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García)

Iberdrola Generación, S.A. (Rodolfo Martínez Campillo)

Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara)